

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2019**

O MUNICÍPIO DE MONTE BELO/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua Sete de Maio, 379, centro, Monte Belo/MG, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.668.376/0001-34, através do Prefeito Municipal, Valdevino de Souza, da Presidente da COJUL e demais membros, designados pela Portaria 4.166/2019, publicada em 01/07/2019, torna público a abertura do CREDENCIAMENTO n.º 005/2019, regido pelo art. 5º e 26, caput da Lei Federal 8.666, de 21/6/93, e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

### **1 – DO OBJETO E FINALIDADE**

1. O presente CREDENCIAMENTO tem como objeto a contratação pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico para atuar como **MÉDICO REGULADOR** no Município de Monte Belo sendo o serviço prestado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme PROPOSTA DE ADESAO, representado pelo ANEXO I do Edital.

1.2 A finalidade da presente contratação faz-se necessária para prestação de serviço de profissional médico em REGULAÇÃO para controle e avaliação do sistema de saúde, sendo de extrema importância e necessidade, devido ao grande número de procedimentos, exames e consultas eletivas existentes na fila de espera o Município de Monte Belo.

### **1.3 - DO PERÍODO E HORÁRIO PARA O CREDENCIAMENTO**

1.3.1 O **credenciamento** ocorrerá a partir do dia 29/10/2019 até 20/12/2019, devendo os interessados apresentar os documentos necessários e a proposta de adesão.

1.3.2 O horário de atendimento aos interessados será das 12h30min às 17h00min.

1.3.3 Não serão aceitos documentos após o período acima descrito e nem serão promovidos novos credenciamentos.

1.3.4 A comissão manifestará sobre habilitação ou não no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da documentação, podendo constar mais de um credenciamento numa mesma ata.

### **1.4 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO**

1.4.1 Para ser credenciado, além dos documentos exigidos neste edital, o interessado deverá preencher todas as demais condições nele estabelecidas.

1.4.2 O interessado em participar do processo de credenciamento objeto deste Edital deverá entregar, no ato da inscrição, todos os documentos exigidos junto a Divisão de Material e Patrimônio, com endereço a Rua XV de Novembro, nº 834 – Centro – Monte Belo - MG, CEP – 37.115-000.

1.4.3 Os documentos citados nos itens 3 e 4 deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da Administração, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4.4 Toda a documentação exigida, conforme detalhamento abaixo é requisito obrigatório à habilitação jurídica, técnica e fiscal do interessado no credenciamento de que trata este edital.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

1.4.5 As certidões que compõem a documentação exigida e possuem data de validade, deverão estar válidas até o final do prazo de inscrição constante deste edital.

**1.4.6 No ato de credenciamento serão conferidos os documentos apresentados, onde havendo falta, divergência ou outro elemento que implique na sua recusa, será expedido certidão de inabilitação em nome do interessado, indicando os motivos que a ensejaram.**

1.4.7 - Observações:

A documentação NÃO SERÁ RECEBIDA:

- a) Via e-mail;
- b) Com algum documento exigido em edital faltoso;
- c) Fora de envelope com identificação;
- d) Sem acompanhamento do original ou sem autenticada em tabelionato.

1.4.8 Será aceita documentação via correio, desde que autenticada em envelope identificado.

1.4.9 O interessado poderá apresentar nova documentação dentro do prazo de credenciamento.

1.4.10 Caso o interessado seja inabilitado e a documentação encaminhada por via postal, a certidão de inabilitação será encaminhada pelos mesmos meios.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste credenciamento pessoa jurídica que atenda a todos os requisitos legais e os estabelecidos neste edital.

**2.2** Não poderão participar as pessoas jurídicas que:

- a) Sejam declaradas inidôneas nos termos da lei;
- b) Tenham falência ou concordata decretada;
- c) Sejam impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- d) Que tenham pendências financeiras ou contratuais para com o Município de Monte Belo – MG;
- e) Pessoa jurídica ou física ligada a qualquer parentesco por matrimônio, afim ou consanguíneo, até 2º grau ou por adoção do prefeito, vice prefeito, vereadores e servidores municipais, conforme art. 109 da Lei Orgânica Municipal e suas alterações.

## **3 - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO**

**3.1** Os interessados no credenciamento de que cuida este edital, deverão apresentar, em envelopes, conforme acima, os seguintes documentos:

### **PARA PESSOAS JURÍDICAS**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## **Profissional Médico Regulador:**

- a - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d - Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- e - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal, Estadual;
- f - CRF - Certificado de Regularidade Fiscal (FGTS);
- g - CND - Certidão Conjunta de Regularidade da Receita Federal e Dívida Ativa da União expedida pela Fazenda Federal e Seguridade Social;
- h - CNDT – Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas;
- i – Cópia do registro da empresa junto ao respectivo Conselho Regional e comprovante de regularidade para o exercício de 2019;
- j - Cópia do Registro de Classe do responsável técnico e comprovante de regularidade junto ao conselho no exercício de 2019;
- l – Cópia do Alvará de localização e funcionamento regular;
- m - Cópia de inscrição junto ao CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde;
- n - Declaração dando ciência de que concorda e cumpre plenamente os requisitos solicitados neste edital;
- o - Cópia autenticada do diploma médico ou de sua classe profissional de acordo com a natureza do serviço, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional – MG;
- p – Título de especialista, devidamente registrado no Conselho de sua competência, para os profissionais em que se exige especialidade;
- q - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos do artigo 9º da Lei 8.666/93;
- r - Declaração cumpre plenamente os requisitos do art. 109 da Lei Orgânica Municipal.

## **MICROEMPRESA**

Para fins de concessão de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, em especial quanto ao Art. 3º, e pela lei complementar 147/2014, as empresas deverão apresentar:

- a) DECLARAÇÃO, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa; empresa de pequeno porte ou MEI, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006;

## **PARA PESSOAS FÍSICAS**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## **Profissional Médico Regulador:**

- a - cópia autenticada do RG e CPF;
- b - comprovante de residência;
- c - cópia autenticada do Diploma de Médico ou de sua classe profissional de acordo com a natureza do serviço, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional;
- d - cópia autenticada de diplomas de especializações, caso existentes;
- e - Cópia do Registro de Classe do profissional e comprovante de regularidade junto ao conselho no exercício de 2019;
- f - Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual;
- g - CND - Certidão Conjunta de Regularidade da Receita Federal e Dívida Ativa da União expedida pela Fazenda Federal e Seguridade Social;
- h - CNDT – Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas;
- i – Comprovante de quitação eleitoral expedido na última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral;
- j – Título de especialista, devidamente registrado no Conselho de sua competência, para os profissionais em que se exige especialidade;
- k - Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos do artigo 9º da Lei 8.666/93;
- l - Declaração cumpre plenamente os requisitos do art. 109 da Lei Orgânica Municipal.

## **Observações:**

Os documentos acima descritos deverão ser apresentados, preferencialmente, por cópias autenticadas, ou por cópias acompanhadas dos originais para conferência.

Não serão aceitas cópias reproduzidas em aparelho de fax.

Todos os documentos que contenham prazo de validade deverão estar em plena vigência. Para aqueles documentos sem data de vencimento, sua validade será de 90 (noventa) dias, contados da sua expedição.

Serão desconsideradas as cópias rasuradas, ilegíveis, apagadas ou que apresentarem qualquer defeito capaz de colocar em dúvida a sua fidelidade.

Os documentos deverão ser apresentados na mesma ordem de numeração informada neste edital.

## **4 – DA PROPOSTA E DA SUA FORMA DE APRESENTAÇÃO**

**4.1** – A proposta de adesão deverá ser elaborada, preferencialmente em papel timbrado da proponente, ou com sua completa identificação, através de impressão ou por carimbo padronizado.

**4.2** – Seguir o modelo que compõe este edital – **Modelo de Proposta de Adesão (ANEXO I)**, descrevendo apenas os itens para os quais deseja credenciar.

**4.3** – Apresentada em língua e moeda nacional (R\$), isenta de rasura, emendas ou entrelinhas, e ao final, deve ser datada e assinada pelo profissional autônomo ou representante legal no caso de pessoa jurídica.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## 5 – DO PREÇO, CARACTERÍSTICAS, MÉTODO UTILIZADO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – A Prefeitura Municipal de Monte Belo pagará à (ao) credenciada (o) as importâncias descritas na TABELA DE SERVIÇOS – ANEXO III e de acordo com a PROPOSTA DE ADESÃO (Anexo I) de cada proponente, desde que aprovado pela Comissão de Julgamento e Licitação.

5.1.1 – Os serviços serão prestados de acordo com a TABELA DE SERVIÇOS – ANEXO III, sendo os locais, horários e condições serão previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.1.2 - Os serviços serão prestados mediante a requisição/autorização da Secretaria Municipal de Saúde para que o mesmo seja prestado nos locais previamente definidos ou para **que os interessados se encaminhem à empresa ou profissional credenciado de sua livre escolha**, conforme o caso.

5.1.3 – O valor descrito na PROPOSTA DE ADESÃO será referente ao Registro de Preço de 01 (um) serviço, o qual será multiplicado pelo número de serviços prestados pelo credenciado no referido mês, para fins de pagamento.

5.2 – A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 meses, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o máximo permitido em Lei, especificamente com base no art. 57, II, Lei 8.666/93.

5.2.1 – O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições a que se submeteu no procedimento inicial para se habilitar.

## 6 - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – Os serviços serão medidos mensalmente tendo como data de encerramento último dia útil do mês.

6.2 – Encerrado o mês será emitido relatório analítico dos atendimentos tendo como referência o número de requisições/autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, em duas vias, destinando uma via para o credenciado e a outra servindo a Secretaria Municipal de Saúde para autorizar o pagamento dos serviços.

6.3 – Concluído e entregue o relatório, o pagamento será realizado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal, cujo encargos fiscais, previdenciários e tributário é de responsabilidade do contratado.

## 7 – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

### 7.1 – Obrigações da Prefeitura:

- a) Expedir as requisições/autorizações para que o serviço seja prestado nos locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;
- c) Conferir e aprovar os serviços realizados;
- d) Efetuar o pagamento dos serviços realizados nos moldes deste edital;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

- e) Prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços.

## 7.1.2 – Obrigação dos credenciados:

- a) Executar a regulação do sistema de saúde do Município;
- b) Atender ao fluxo do SUS FÁCIL a nível eletivo;
- c) Controlar, avaliar e autorizar todos os procedimentos ambulatoriais e hospitalares (média e alta complexidade);
- d) Controlar, avaliar e autorizar todas as consultas especializadas e exames controlados;
- e) Controlar e avaliar todos os documentos pertinentes a área da Saúde.
- f) Executar os serviços em conformidade com o Edital e as normas da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições apresentadas quando da habilitação para o credenciamento;
- i) Comunicar à Prefeitura, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;
- j) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos serviços seja na esfera administrativa, cível ou criminal.
- k) Analisar receituários médicos recebidos pelo Município (particular/SUS) referentes à dispensação de medicamentos, informar sobre possíveis substituições por medicamentos ofertados pelo SUS, caso não exista substituto, solicitar ao médico prescritor relatório da eficácia e efetividade do medicamento;
- l) Realizar a triagem de pedidos médicos em fila de espera de exames, consultas e procedimentos para a melhor classificar as prioridades e reais necessidades dos usuários;
- m) Analisar os atestados de afastamento por motivo de saúde apresentados pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, ratificando seu deferimento ou não.
- n) Elaborar peças, pareceres, relatos e estudos técnicos para embasar respostas junto ao Poder Judiciário, decorrente de judicialização da saúde, seja para fornecimento de medicamentos, procedimentos cirúrgicos ou outros, utilizando sistemas de informações disponíveis junto ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT JUS) e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), dentre outras fontes, bem como a prioridade e real necessidade de cada indivíduo baseado em triagem realizada anteriormente;
- o) Participar de reuniões periódicas com os profissionais médicos da atenção básica e de especialidades com intuito de esclarecer dúvidas, trocar informações e participar de processos de capacitação;
- p) Analisar solicitações de transporte especial a pedido de outros médicos para a Secretaria Municipal de Saúde no setor de TFD (Transporte Fora do Domicílio) Deferido ou indeferido.

## 8 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

8.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo credenciado caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 30% (trinta por cento) do valor global estimado do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será cobrada judicialmente.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

8.2 – A aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá o credenciado de sofrer outras sanções previstas na Lei 8.666/93, especialmente as previstas no art. 87, I a IV.

8.3 – As multas não têm caráter compensatório, independentes e cumulativas e não eximem o credenciado da prestação do serviço.

8.4 – Em qualquer caso de aplicação de sanção, será sempre garantido a contraditória e ampla defesa, sempre em processo administrativo específico.

## **9 – DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO**

9.1. Durante a vigência do credenciamento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto no Edital e nos termos contratuais que celebrar com o órgão ou entidade contratante.

9.2. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste edital.

9.3. O Município poderá cancelar o credenciamento por ato motivado, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização.

## **10. DO CONTROLE DE QUALIDADE**

10.1. Os credenciados contratados deverão executar os serviços com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações, onde os profissionais deverão atuar com:

- a) Disposição para cumprir ações orientadas;
- b) Capacidade física e mental para a atividade;
- c) Iniciativa e facilidade de comunicação;
- d) Capacidade de trabalhar em equipe.

10.2. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

10.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do contrato, assim como sua rescisão e aplicação de penalidades.

## **11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 – As despesas oriundas do credenciamento serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

**Ficha 374 – 02 05 02 10 301 0017 2.046 3390 36**

**Ficha 375 - 02 05 02 10 301 0017 2.046 3390 39**

11.2 – O interessado na obtenção deste edital poderá retirá-lo, gratuitamente, no site **montebelo.mg.gov.br** ou de Segunda a Sexta-feira, das 12hs30min às 17hs00min, a partir de 29/10/2019 – na Divisão de Material e Patrimônio, no horário citado no preâmbulo deste edital.

11.3 – Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

- a) Proposta de adesão (ANEXO I);
- b) Minuta do contrato (ANEXO II);
- c) Tabela de serviços (ANEXO III);
- d) Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos (ANEXO IV)
- e) Declaração para microempresa (ANEXO V)
- f) Declaração de superveniência (ANEXO VI)
- g) Declaração de que no quadro da empresa não há funcionário público do município de monte belo (ANEXO VII)
- h) Declaração de que não possui grau de parentesco (ANEXO VIII)
- i) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos do art. 9º da lei 8.666/93 (ANEXO IX)

11.4 – Informações complementares a este edital poderão ser obtidas, de Segunda à Sexta-feira, das 12h30min às 17h00min, com a DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, no horário citado no preâmbulo deste edital.

Monte Belo, 23 de outubro de 2019.

Emoniza Fernandes de Freitas  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.668.376/0001-34  
ADM 2017/2020

**ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE ADESÃO**

**Ref. EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 005/2019**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019**  
**Processo Administrativo nº 187/2019**

**Objeto:** Contratação pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico, para atuar como **MÉDICO REGULADOR** no Município de Monte Belo, prestado junto à Secretaria Municipal de Saúde ou local por ela designado, nas formas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

**PROPOSTA DE ADESÃO**

**À**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Vimos por meio desta, apresentar nossa **PROPOSTA DE ADESÃO** ao CREDENCIANDO, conforme especificações, valores e condições estabelecidas na **TABELA DE SERVIÇOS – ANEXO III**, que compõe o presente edital, propondo dar atendimento profissional especializado na área abaixo indicada, nas condições e preços que foram previamente determinados:

Item	Quantidade horas/mês	ESPECIFICAÇÕES	Valor por hora
1	20 HORAS	Contratação pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico para atuar como <b>MÉDICO REGULADOR</b> , conforme condições editalícias.	<b>R\$180,00</b>

Declaro estar ciente e de acordo com todas as condições do edital supracitado, bem como com todas as cláusulas e condições contidas na minuta do contrato a ser firmado pelas partes.

Sendo o que se apresenta, atendidas as exigências do edital, solicita seja deferido o credenciamento.

Atenciosamente,

Local/data  
Assinatura do profissional ou responsável legal da empresa

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO PESSOA JURÍDICA E/OU FÍSICA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO MÉDICO  
REGULADOR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE MONTE BELO – MG E  
.....

PROCESSO Nº .....

INEXIGIBILIDADE Nº .....

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O MUNICÍPIO DE MONTE BELO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.668.376/0001-34, com sede na Rua Sete de Maio, 379, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Valdevino de Souza, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 121.663.246-49 e do RG: M-351424 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Monte Belo – MG, na Rua Sete de Maio nº 503 – Centro, denominada CONTRATANTE e a \_\_\_\_\_, empresa (Pessoa Jurídica / Pessoa Física) estabelecida na cidade de \_\_\_\_\_/MG, à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, através do seu representante legal, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ – SSP/\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Contratação pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico para atuar como **MÉDICO REGULADOR**, prestado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º – Os serviços prestados devem estar em consonância com as disposições editalícias e atender as necessidades da Administração Pública, no tocante a sua efetividade, presteza e qualidade.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados junto à Secretaria Municipal de Saúde, em locais e horários definidos por este órgão, sujeitos à alteração para melhor atender o interesse público.

Parágrafo único - A requisição/autorização da Secretaria Municipal de Saúde constará o local para a prestação do serviço, conforme o caso.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A **CONTRATADA** será remunerada pelos serviços prestados tendo como referência os preços definidos na Proposta de Adesão, desde que devidamente aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

ITEM	QTDE ESTIMADA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR DO PROCEDIMENTO	TOTAL

§1º O valor descrito na PROPOSTA DE ADESAO será referente ao registro de preço, correspondente a vinte horas mensais, para fins de pagamento.

§2º O valor total estimado para o contrato é de R\$ ..... (com base no valor estimado no registro de preço que a contratada vai deter na ata).

## CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com os serviços realizados mensalmente e encaminhadas a CONTRATANTE, mediante relatório, devendo o pagamento ser efetuado até 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal, cujo encargos fiscais, previdenciários e tributário é de responsabilidade do contratado.

§ 1º O pagamento será efetuado através de depósito direto em conta corrente do credenciado.

§ 2º Deverão ser anexados a cada Nota Fiscal o Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Seguridade Social, CND Municipal e Estadual, sob pena de rescisão contratual.

§3º As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento passará a contar da entrega das notas fiscais/faturas válidas.

§ 4º As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas pelas dotações orçamentárias:

Ficha 374 – 02 05 02 10 301 0017 2.046 3390 36

Ficha 375- 02 05 02 10 301 0017 2.046 3390 39

§ 5º As notas fiscais devem ser emitidas obrigatoriamente dentro do prazo de validade do contrato, sob pena de não pagamento.

## CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

O gerenciamento deste contrato será realizado pelo Secretário de Saúde ou servidor dignado para tal.

## CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a realizar a prestação de serviço nos horários e locais determinados pela Secretaria Municipal de Saúde, da seguinte forma:

I - A CONTRATADA deverá executar o objeto licitado, de acordo com a demanda da CONTRATANTE, mediante solicitação;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **Provisoriamente**, pelo servidor encarregado da Secretaria Municipal de Saúde para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com suas especificações e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

b) **Definitivamente**, pelo Secretário Municipal de Saúde ou servidor designado, em até 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações e consequente aceitação

III – Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado a prestação em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa pelo atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDADE DO CONTRATO

O presente contrato terá sua validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato, podendo ser encerrado em prazo inferior, desde que o objeto seja executado integralmente, mediante atestação dos setores/fiscais do contrato.

Parágrafo Único: O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado nos termos do Inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões exigidos, e os preços e as condições dos produtos sejam vantajosas para o Município.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

### DA CONTRATANTE:

- a) Expedir as requisições/autorizações para que o serviço seja prestado nos locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;
- c) Conferir e aprovar os serviços realizados;
- d) Efetuar o pagamento dos serviços realizados nos moldes deste edital;
- e) Prestar aos credenciados, todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços.

### DO CONTRATADO:

- a) Executar a regulação do sistema de saúde do Município;
- b) Atender ao fluxo do SUS FÁCIL a nível eletivo;

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

- c) Controlar, avaliar e autorizar todos os procedimentos ambulatoriais e hospitalares (média e alta complexidade);
- d) Controlar, avaliar e autorizar todas as consultas especializadas e exames controlados;
- e) Controlar e avaliar todos os documentos pertinentes a área da Saúde.
- f) Executar os serviços de conformidade com o Edital e as normas da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições apresentadas quando da habilitação para o credenciamento;
- i) Comunicar à Prefeitura, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;
- j) Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos serviços seja na esfera administrativa, cível ou criminal.
- k) Analisar receituários médicos recebidos pelo Município (particular/SUS) referentes à dispensação de medicamentos, informar sobre possíveis substituições por medicamentos ofertados pelo SUS, caso não exista substituto, solicitar ao médico prescritor relatório da eficácia e efetividade do medicamento;
- l) Realizar a triagem de pedidos médicos em fila de espera de exames, consultas e procedimentos para a melhor classificar as prioridades e reais necessidades dos usuários;
- m) Analisar os atestados de afastamento por motivo de saúde apresentados pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, ratificando seu deferimento ou não.
- n) Elaborar peças, pareceres, relatos e estudos técnicos para embasar respostas junto ao Poder Judiciário, decorrente de judicialização da saúde, seja para fornecimento de medicamentos, procedimentos cirúrgicos ou outros, utilizando sistemas de informações disponíveis junto ao Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT JUS) e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), dentre outras fontes, bem como a prioridade e real necessidade de cada indivíduo baseado em triagem realizada anteriormente.
- o) Participar de reuniões periódicas com os profissionais médicos da atenção básica e de especialidades com intuito de esclarecer dúvidas, trocar informações e participar de processos de capacitação;
- p) Analisar solicitações de transporte especial a pedido de outros médicos para a Secretaria Municipal de Saúde no setor de TFD (Transporte Fora do Domicílio) Deferido ou Indeferido.

## **CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado a Prefeitura, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

§ 1º Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela Prefeitura, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

pela Prefeitura a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§ 2º Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura, esta comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar a Prefeitura a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura, nos termos desta cláusula.

§ 3º Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Prefeitura, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) medida judicial apropriada, a critério da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

As prestações de serviços oriundos deste contrato poderão ser rescindidas:

- a) Por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- d) Por não atender os requisitos de qualidade determinados no instrumento convocatório.

Parágrafo único - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MULTAS E PENALIDADES**

Podem ser aplicadas ainda, isolada ou cumulativamente, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa de 30% (trinta) do valor total do contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço ou entrega de bem de baixa qualidade;

§2º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora no aporte de 30% (trinta) do valor total correspondente ao contrato e será aplicada após assegurado o direito do penalizado ao contraditório e ampla defesa.

§3º A multa será descontada da garantia do respectivo contratado, se for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§4º As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§5º O valor máximo das multas poderá exceder, cumulativamente, a 30% (trinta) do valor do contrato.

§6º A aplicação da pena de advertência caberá ao gestor do contrato e, quanto às demais penalidades, serão de competência do Secretário Municipal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSO DE PENALIDADES**

Os recursos administrativos são regulados pelo art. 109 da Lei Fed. nº 8.666/1993.

Parágrafo único - O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 (cinco) dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2º e 3º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS**

O reajuste dos preços previsto no art. 55, inciso III da Lei Fed. Nº 8666/93 será realizado anualmente, no momento de realização de termo de prorrogação contratual, devendo ser aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado na data elaboração do termo.

Parágrafo único - Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Aplica-se a este contrato as regras contidas na Lei Fed. nº 8.666/93 e demais disposições legais congêneres, e subsidiariamente o disposto no Código Civil, relativo a matéria contratual.

Parágrafo único – Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, em decisão fundamentada e motiva pelo gestor do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Monte Belo, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor.

Monte Belo, \_\_\_\_de \_\_\_\_ de 2019.

Valdevino de Souza  
Prefeito

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.668.376/0001-34  
ADM 2017/2020

**ANEXO III - TABELA DE SERVIÇOS**

**Especificações, valores e condições para contratação de pessoa jurídica e/ou física para a contratação** pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico para atuar como **MÉDICO REGULADOR** no Município de Monte Belo sendo o serviço prestado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme PROPOSTA DE ADESÃO, representado pelo ANEXO I do Edital.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 005/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2019			
Item	Quantidade horas/mês	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário/ hora
1	20 horas mensais	Contratação pessoa jurídica e/ou física para realizar prestação de serviço médico para atuar como <b>MÉDICO REGULADOR</b> no Município de Monte Belo sendo o serviço prestado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme PROPOSTA DE ADESÃO, representado pelo ANEXO I do Edital.	<b>R\$ 180,00</b>

- Os profissionais credenciados cumprirão suas obrigações Secretaria de Saúde.

Declaramos estarmos ciente e de acordo com todas as condições do edital supracitado, bem como com todas as cláusulas e condições contidas na minuta do contrato a ser firmado pelas partes.

Sendo o que se apresenta, esperando haver atendido as exigências do edital, solicitamos seja deferido o nosso credenciamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.**

(Somente para Pessoa Jurídica)

Ref.: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019**

**PROCESSO Nº 187/2019**

**CREDENCIAMENTO 005/2019**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.668.376/0001-34  
ADM 2017/2020

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA**

**(PESSOA JURÍDICA)**

Ref.: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019**  
**PROCESSO Nº 187/2019**  
**CREDENCIAMENTO 005/2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal o Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

**Nome e assinatura da Licitante**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ: 18.668.376/0001-34  
ADM 2017/2020

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA**

**(PESSOA JURIDICA)**

Ref.: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019**  
**PROCESSO Nº 187/2019**  
**CREDENCIAMENTO 005/2019**

(nome da empresa), inscrita(o) no CNPJ sob o nº ....., com sede .....  
obriga a comunicar a superveniência do mesmo.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Monte Belo,..... de ..... de 2019.

Representante Legal  
(assinatura/nome/RG)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NO QUADRO DA EMPRESA NÃO HÁ FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MONTE BELO.**

(Pessoa Jurídica)

Ref.: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019**

**PROCESSO Nº 187/2019**

**CREDENCIAMENTO 005/2019**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no art. 9º inciso III do da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não há funcionário público do município de Monte Belo, em seu quadro empresarial.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI GRAU DE PARENTESCO  
(PESSOA JURIDICA)**

Ref.: **INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019**

**PROCESSO Nº 187/2019**

**CREDENCIAMENTO 005/2019**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/CPF n.º \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, sócio da empresa  
\_\_\_\_\_ ou pessoa física, DECLARA, para fins do disposto no art. 109 da Lei Orgânica  
Municipal e suas alterações, que não há qualquer parentesco por matrimônio, afim ou consanguíneo, até 2º  
grau ou por adoção do prefeito, vice prefeito, vereadores e servidores municipais.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.668.376/0001-34

ADM 2017/2020

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DO ART. 9º DA  
LEI 8.666/93 (JURIDICA)**

Ref.: INEXIGIBILIDADE Nº 010/2019

PROCESSO Nº 187/2019

CREDENCIAMENTO 005/2019

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/CPF n.º \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, sócio da empresa  
\_\_\_\_\_ ou pessoa física, DECLARA, para fins do disposto no art. 9º da Lei 8.666/93 e  
suas alterações, que cumpre plenamente os requisitos constantes deste artigo.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)